APUB SINDICATO DESDE 1968

Jornal da APUB

SINDICATO DOS PROFESSORES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR DA BAHIA

FILIADO PROIFES FEDERAÇÃO CUT BAHIA Gestão do biênio 2012/2014 | Salvador - Bahia - Março de 2013 | Nº 42 www.apub.org.br Curta Siga Assine

A nova lei de carreira já está em vigor e os atingidos com as mudanças são os professores do Magistério Superior e do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT). A Apub Sindicado tenta esclarecer algumas dessas dúvidas nesta edição do jornal e expõe as principais mudanças, os ganhos e as perdas dos docentes a partir de agora.

Compromissos e prioridades da diretoria da Apub
Página 2

Funpresp

Novas regras de aposentadoria trazem prejuízos
Página 3

Reitora da UFBA recebe reivindicações de professores
Página 7

EDITORIAL

Compromissos e prioridades

Este jornal, o primeiro da atual gestão, é uma oportunidade para reafirmarmos compromissos, atualizar e socializar o plano de trabalho, além de apontar prioridades para o biênio 2013-2014, para o qual a diretoria espera contar com o apoio, a participação efetiva e avaliação dos professores. Apontamos três eixos prioritários de atuação.

O primeiro é o acompanhamento, o debate e a avaliação da expansão das IFE (Instituições Federais de Ensino) na Bahia, com objetivo de defender e garantir boas condições de trabalho e ensino de qualidade. Isto inclui a avaliação do relatório do REUNI – em fase final de implantação –, a observação e a escuta em torno das diferentes situações no cotidiano dos docentes nos múltiplos campi, unidades e centros de ensino.

O segundo é a valorização da carreira. Envolve, mas ultrapassa a luta por melhores salários. Na defesa de carreira estruturada, segura e com ascensão previsível e por mérito, o movimento docente já conseguiu extinguir e incorporar gratificações. Temos a meta de steps percentuais pré-definidos para progressão e lutas específicas importantes, dentre as quais destacamos a regulamentação dos critérios de progressão para Titular e na carreira do EBTT para o reconhecimento de saberes e competências.

No momento, cabe acompanhar e alimentar as discussões do GT Carreira, no qual o Proifes Federação é a representação docente, e pressionar para que o Ministério da Educação (MEC) defina com urgência as diretrizes gerais para que cada IFE possa promulgar as específicas. Assim, dezenas de professores na classe de Associado poderão requerer promoção para a classe de Titular a partir de maio do próximo ano.

Valorizar a carreira exige adequar os métodos de avaliação do docente, incorporando a variedade de formas de trabalho existentes, redefinindo parâmetros para atividades de pesquisa, extensão, gestão, representação e as várias modalidades de ensino. Envolve também defender interesses profissionais e lutar por segurança no futuro.

Isso inclui o esclarecimento e mobilização dos professores, junto aos demais servidores federais, sobre as perspectivas de aposentadoria, como problema que se agudizou com a regulamentação do Funpresp (Fundação de Previdência dos Servidores Públicos Federais).

O terceiro eixo, condição para que possamos atuar com eficácia nos dois outros, é a organização sindical. O compromisso básico desta diretoria é com democratização e representatividade. Procurar cumpri-lo pelo diálogo com os professores das várias unidades e posições políticas divergentes; pela articulação, a nível local e nacional, com outras entidades docentes, de servidores públicos, de trabalhadores; através da ampliação dos meios de informação e debate, possibilitando aos colegas melhor participação nos debates e nas decisões. No limite das páginas, este jornal evidenciará estes compromissos.

“Valorizar a carreira exige adequar os métodos de avaliação do docente, incorporando a variedade de formas de trabalho existentes, redefinindo parâmetros para atividades de pesquisa, extensão, gestão, representação e as várias modalidades de ensino.”

DIRETORIA APUB SINDICATO BIÊNIO 2012 - 2014

Presidente:
Cláudia Miranda Souza
FACED
UFBA

Vice-Presidente:
Ubiratan Felix
IFBA

Diretoria Acadêmica:
Asher Kiperstok
Politécnica
UFBA

Diretoria de Comunicação e Cultura:
Maria Goretti da F. C. Pontes
UFRB

Diretoria Administrativa:
Marilene Santil
FACED (Apos.)
UFBA

Diretoria Financeira:
Leopoldina Menezes
Instituto de Matemática
UFBA

Diretoria Social e de Aposentados:
Joviniano Neto
(Apos.)
UFBA

Jornal da APUB
SINDICATO DOS PROFESSORES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR DA BAHIA

APUB – Sindicato dos Professores das Instituições Federais do Ensino Superior da Bahia - Rua Padre Feijó n 49 – Canela, 40110-170, Salvador – Bahia. (71) 3235-7433 (71) 3235-7286 apub@apub.org.br Presidente: CLAUDIA MIRANDA SOUZA - Vice-Presidente: UBIRATAN FÉLIX - Diretora Administrativa: MARILENE SANTIL - Diretora Financeira: LEOPOLDINA CACHOEIRA - Diretor Acadêmico: ASHER KIPERSTOK FIRST - Diretora de Comunicação e Cultura: MARIA GORETTI DA FONSECA CAVALCANTI Jornalistas :Maiana Brito SRTE 2.829-BA e Nádia Conceição DRT-3.556-BA. Diagramação e Projeto Gráfico: Carlos Vilmar. Impressão: JORNAL A ATARDE. Tiragem 6.000

FUNPRESP

Novo fundo de Previdência traz prejuízos para os SPF

Desde 1º de fevereiro está em vigor a lei 12.618/2012, que consolida a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (Funpresp), determinando as novas regras sobre a aposentadoria. Sem direito à integralidade desde 2004, os servidores que ingressarem agora, mais do que nunca, dependerão da situação do mercado financeiro do país.

O Funpresp foi considerado uma derrota pelos servidores, pois representa perdas e acentua a falta de paridade. O segmento fica agora dividido em quatro grupos. Por isso, é preciso ampliar a reflexão acerca do tema e reforçar para a sociedade que a aposentadoria não pode ser achatada e indefinida.

Desde a Emenda Constitucional 41 (em 2003), só terão o valor integral de aposentadoria aqueles que se aposentaram ou tinham o direito de se aposentar antes da reforma, ou seja, até dezembro de 2003.

Os que ingressaram até o final de 2003 terão também aposentadoria integral se cumprirem os requisitos de aposentadoria por tempo de serviço. Os docentes ingressantes entre janeiro de 2004 e fevereiro deste ano perdem a integralidade e têm o benefício calculado com base na média das 80% maiores contribuições, mas a adesão ao Funpresp é opcional.

Os ingressos no serviço público a partir de 4 de fevereiro 2013 estão obrigatoriamente enquadrados no novo sistema de aposentadoria e têm teto limitado a R$ 4.159,00. Se quiser receber mais tem de contribuir para a Previdência Complementar com 7,5%, 8% ou 8,5% sobre o montante que ultrapassar o valor do teto.

Uma "furada"

Na tentativa de ajudar a categoria a dirimir as inúmeras dúvidas, principalmente em relação à Funpresp, a Apub realizou novo debate, no último dia 21 de março. Os palestrantes, professor Nilton Brandão, vice-presidente do Proifes Federação, e a servidora aposentada Vânia Prisca, especialista em legislação de pessoal, apontaram as mudanças e os pontos negativos do novo fundo.

Vânia destacou que a contribuição do governo, embora o argumento seja este, não é na mesma proporção da feita pelo servidor, pois a União não paga imposto nem taxas. Isso significa que é sobre o valor líquido, não sobre o total. Portanto, será sempre menor. Ela ressaltou ainda que há muitos riscos e desvantagens em torno do fundo. Além de ser um investimento em longo prazo, não é permitido consumo imediato e pode apresentar novas alterações nas regras. Sem contar que pode sofrer as consequências de uma má administração, mesmo com a atuação dos órgãos de fiscalização, como Conselho Fiscal e Previc.

O professor Brandão também acredita que a migração para o novo fundo é uma total desvantagem, pois não há nenhuma segurança, já que não se sabe quanto nem quando vai receber. Por conta disso, ele destacou a necessidade de ampliar os debates sobre o tema, pois muitos ingressos pós 2004 não sabem que a integralidade da aposentadoria foi perdida.

Mudanças nas regras criam diferentes gerações de aposentados

Servidor	Regras	Consequências
Aposentou-se ou tinha direito a se aposentar antes da reforma, ou seja, até 31 de dezembro de 2003.	Os aposentados passam a contribuir com 11% do que exceder o teto do RGPS (R$ 4.159,00). Em caso de doença incapacitante o corte é do dobro do teto (R$ 8.318,00), sobre o qual se paga os 11% (EC 47 /2005).	Aposentadoria integral. Redução pelo desconto de 11%. Paridade entre ativos e aposentados.
Os que ingressaram antes da reforma, ou seja, até 31 de dezembro de 2003. Estes somente terão a integralidade na aposentadoria se cumprirem os requisitos de tempo contribuição.	Regra 85/95 pela EC 47/2005, para os que ingressaram até dezembro de 2003. Requisitos para aposentadoria por tempo de contribuição: Homem: 60 anos de idade, 35 anos de contribuição Mulher: 55 anos de idade, 30 anos de contribuição Para ambos, é necessário ter o mínimo de 25 anos de carreira, 10 anos no serviço público e 5 anos no cargo	Não existe mais a aposentadoria voluntária proporcional. Os que têm tempo de contribuição podem pedir abono permanência. A aposentadoria compulsória, se os requisitos não forem cumpridos, será pela regra nova, além de ser proporcional ao tempo de contribuição. A aposentadoria por invalidez voltou a ser integral pela EC 70/2012.
Ingresso entre 1º de janeiro de 2004 e 3 de fevereiro de 2013.	A aposentadoria é calculada com base na média aritimética simples das maiores remunerações,-correspondente a 80% de todo período contributivo (conforme a Lei nº 10.887/2004)	Pode aderir ao Funpresp em até 24 meses, a partir de fevereiro de 2013. Opção **irrevogável e irretratável**. Fim da aposentadoria integral
Ingresso após a vigência da Lei 12.618/12, em 4 de fevereiro de 2013.	Teto de RGPS de R$ 4.159,00. Quem quiser receber mais terá de contribuir com Previdência Complementar, optando por 7,5%, 8% ou 8,5% sobre o valor que ultrapassar o teto.	A PEC 41 determinou que o governo criasse por Lei a Previdência Complementar, que previa a criação do Funpresp. Fim da paridade entre ativos e aposentados. Sabe quanto paga, mas não quanto receberá. Investimento a longo prazo.

REENQUADRAMENTO

Nova carreira docente já está em vigor

Gil Vicente (Proifes Federação), Cláudia Miranda (Apub Sindicato), Luiz Schuch (Andes-SN) e Raimundo Muniz (Consuni)

Entrou em vigor, no último dia 1º deste mês, a Lei 12.772/12, que reestrutura as carreiras do Magistério Superior e do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT), fruto da negociação entre o governo e as entidades representativas da categoria. As mudanças são muitas. O número de níveis entre o início e o topo da carreira, por exemplo, reduziu de 17 para 13. No entanto, algumas alterações geraram dúvidas e insatisfações, principalmente os aposentados, que ficaram de fora da reestruturação.

A Apub promoveu debate sobre o tema, em janeiro, alguns dias após a sanção da referida lei, ocorrida em 28 de dezembro de 2012. A iniciativa da nova diretoria, de trazer representantes do Proifes e da Andes para discutir foi reconhecida pelo corpo docente das três instituições de ensino que a entidade representa: UFBA, IFBA e UFRB. O foco foi destacar os impactos e as limitações, além dos desafios a serem enfrentados a partir de agora, diante das novas regras. Participou ainda Raimundo Muniz, representando o Consuni (Conselho Universitário da UFBA).

Proifes e Andes expõem opiniões

Gil Vicente Figueiredo, diretor da Proifes Federação fez um histórico da evolução da carreira ao longo dos últimos sete anos, reconheceu os avanços, como o encurtamento da carreira com o corte de quatro níveis, e apontou as limitações, a exemplo da exclusão dos aposentados do reenquadramento como Associado, reforçando a falta de paridade com os ativos. Sendo que uma das bandeiras da categoria é a equiparação.

De acordo com Gil, em 2006 a situação era bastante complicada. Todo professor, com doutorado, ingressava na universidade como Adjunto I. Seis anos depois, chegava ao fim da carreira, a menos que pudesse passar para Titular se aprovado em concurso. Por tanto, havia uma concentração muito grande de profissionais no último nível, de Adjunto IV.

Ao mesmo tempo, existia uma diferenciação entre ativos e aposentados, a exemplo da GED (Gratificação de Estímulo à Docência), criada em 1998. Mas, isso foi mudando ao longo de tempo, até que a Gratificação foi extinta. “Tudo estava completamente destruído por conta da GED. Era tudo de ruim no Magistério Superior e no Ensino Básico era pior”, explica Gil Vicente.

No entanto, a partir de 2006, segundo ele, com as negociações, alguns avanços, ainda que poucos, foram conquistados.

Foi criada a Classe de Associado, que representou uma perspectiva para os professores represados como Adjunto IV, que então poderiam progredir por mérito. Mas, critica Gil: "independentemente de estarem dois ou 20 anos no mesmo nível da carreira, os professores da ativa passaram para Associado I".

Ele relembrou ainda que em 2008 foi firmado um acordo importante, com isonomia entre ativos e aposentados, fim do caráter produtivista da GED e aumento real. Em 2011, a Gemas e a GEDBT também foram incorporadas ao Vencimento Básico e o reajuste foi em cima do novo valor. Sobre o EBTT, o diretor da Federação ressalta o avanço com a criação da Classe Professor Especial, em 2006, e a equiparação estrutural e remuneratória completa com o MS, dois anos depois.

Por conta desses avanços, ele acredita que as alterações na carreira nos últimos anos são bastante relevantes e reconhecidas pela categoria, apesar de ainda serem necessárias tantas outras mudanças a fim de valorizar os docentes.

O diretor da Andes-SN, Luiz Henrique Schutz, ao mesmo tempo em que afirmou que "a intervenção sobre a carreira não pode ser conjuntural", disse que é preciso analisar o ambiente no qual esta é disputada. Assim, ele faz um apanhado da história da educação pública nas últimas duas décadas, destacando a reforma do Estado – ou contra reforma –, no final dos anos 80, e o tratamento dado à política pública de ensino, com base em interesses econômicos.

"Se observarmos, estamos cada vez mais pressionados na nossa atividade cotidiana e isso incide na carreira, ao mercado, ao quanto contribui e não contribui para um determinado modelo de desenvolvimento ou ensino. [...] As políticas como a Educacional e a de Ciência e Tecnologia são tratadas como políticas derivadas que vem a servir da equação econômica previamente definida", complementa.

A partir deste apanhado, Schutz faz uma leitura sobre a carreira. Para ele, as mudanças ocorridas ao longo dos 20 anos tratam-se de um processo de desestruturação, pois foi um período de congelamento de vagas e de salários. Desde então, "a saída do governo foi fazer compensações com penduricalhos". Ele salientou que criação da GED, que era atrelada à retribuição por desempenho, era mais uma forma de discriminação com os aposentados, assim como também assinalou o Proifes.

De acordo com a Andes-SN, a criação da classe de Associado foi um atraso de vida para os docentes. "Ao invés de dar mais chances de se progredir na carreira significa enterrar a escada, pois cerca de 48% da folha de pagamento das universidades federais é de aposentados Adjuntos IV, a maior parte sem doutorado". Este, inclusive, é um dos argumentos utilizados para justificar a não assinatura dos acordos pela entidade.

Para finalizar, Schutz afirmou que a carreira do papel nunca foi e nunca será a real, pois a carreira docente é aquela praticada no âmbito da autonomia universitária. "Temos que ter luta pela frente para reconstituir a carreira docente autônoma, responsável pela universidade. Temos que recuperar a identidade da comunidade universitária, que vem se esfacelando".

Também presente no debate, Raimundo Muniz apresentou gráfiuco com a defasagem entre as classes e simulação de carreira sem saltos e com percentuais definidos.

Pontos de convergência

A questão do encurtamento da carreira, a partir da redução do interstício, é um ponto de consonância entre o Proifes e a Andes. No entanto, não foi aceito pelo governo. Para as entidades, por conta da demora na ascensão dentro da carreira, muitos professores têm de enfrentar agora a reforma da previdência, que está em jogo desde 2004.

Ao final das discussões, ambos fizeram a ressalva de que nenhuma das propostas apresentadas durante a negociação, nem a do próprio governo, foi implementada por completo.

Sob pressão do movimento docente, o governo recuou e aceitou algumas reivindicações, tais como progressão dentro da carreira para professor titular, carreiras similares para magistério superior e EBTT, além do aumento da remuneração superior à oferecida inicialmente. O acordo foi apenas assinado pelo Proifes Federação, pois a Andes-SN e o Sinasefe se recusaram a fazê-lo. Finda a greve - da qual as três entidades, com diferença de tempo e modos, participaram -, foi constituído um o Grupo de Trabalho (GT) sobre carreira da qual só o Proifes participa, representando os docentes.

"

Todo professor com doutorado ingressava na universidade como Adjunto I. Seis anos depois, chegava ao fim da carreira, se aprovado em concurso para Titular. Por tanto, havia uma concentração muito grande de profissionais no último nível, de Adjunto IV. A partir de 2006, com as negociações, alguns avanços foram conquistados"

Gil Vicente Figueiredo,

"

Estamos cada vez mais pressionados na nossa atividade cotidiana e isso incide na carreira, ao mercado, ao quanto contribui e não contribui para um determinado modelo de desenvolvimento ou ensino."

Luiz Henrique Schutz

COMISSÕES

A Comissão de Acesso e Diversificação do Ensino Superior já iniciou as discussões

Apub cria grupos para debater temas específicos

Um dos itens da dos planos da diretoria para esta gestão, as comissões temáticas começaram a ser instaladas, com a finalidade de debater temas de referência, contando com docentes de diferentes unidades acadêmicas, ativos e aposentados.

De início serão cinco: Acesso e Diversificação do Ensino Superior, Arte e Cultura, Aposentados, Carreira e Condições de Trabalho Docente e Liberdade de Pesquisa e Conceito de Produtividade nas IFE.

Até o momento, duas já deram início às atividades, com reuniões e construção do plano de atividades a serem executadas ao longo do ano. A Comissão de Aposentados, por exemplo, já promoveu o primeiro evento do calendário de atividades: o debate sobre carreira e Funpresp, que tanto tem gerado dúvidas entre docentes aposentados e aposentáveis.

Outras atividades estão previstas, a exemplo de encontros sistemáticos por área nos próximos meses. Fazem parte deste grupo os professores Aurélio Lacerda (Letras), Maristella Said (FFCH/aposentada), Ary Costa (Arquitetura) e Caiuby Alves (Politécnica/aposentado), além de Marilene Santil e Jovino Neto, representando a diretoria.

A Comissão de Acesso e Diversificação do Ensino Superior já tem a confirmação de alguns membros. São eles, Luís Augusto Vasconcelos (IHAC), Penildon Silva Filho (ICS), Heloísa Dominici (IHAC), Sílvia Leite (Faced), Márcia Pontes (Faced/aposentada) e Uilma Amazonas (Faced).

A intenção é que os grupos possam aprofundar questões, mas também trazer subsídios para construção de conteúdo e debates públicos, além de promover atividades voltadas para a categoria. Ou seja, que se tornem espaço de discussão, reflexão e ações que contribuam para integração e fortalecimento do movimento docente.

A participação nas comissões é aberta a todos os filiados e a diretoria da entidade está aproveitando os espaços nas reuniões de departamento para convidar os professores a participarem dos referidos grupos.

Dez bons motivos para você ser um associado APUB SAÚDE:

1. Preço Justo **2.** Ampla Rede de atendimento **3.** Redução máxima de carências **4.** Aprovação de 100% pela ANS **5.** Não tem caráter comercial **6.** Melhor relação Custo Beneficio **7.** Atendimento diferenciado **8.** Programa de promoção e prevenção a saúde **9.** O Beneficiário é o dono do seu plano **10.** Participação nas decisões da Operadora.

Quanto mais associados, maior o fortalecimento para o plano e mais segurança para você.

Indicando um amigo você garante desconto especial na sua mensalidade.

APUB SAÚDE

Cuidando de quem cuida da educação.

71 2103-9200
www.apubsaude.com.br

ANS - Nº 34312-9

APUB EM AÇÃO

Diretores da Apub Sindicato atualizam pauta de reivindicações em reunião com a Reitora da UFBA, Dora Leal Rosa

Reitora da UFBA recebe demanda dos professores

Em reunião com os diretores da Apub, a Reitora da UFBA, Dora Leal Rosa, recebeu a pauta com as demandas da categoria e se comprometeu em analisar as questões para avaliar o que pode ser feito. Entre os principais pontos discutidos, a definição da carga horária em sala de aula de, no mínimo, oito horas semanais. Sobre este item, os diretores da Apub lembram que a representação docente no Conselho Universitário defendeu o cumprimento da LDB e a Reitora informou que pretende examinar a questão.

Foram discutidos também a segurança nos campi; progressão de professores Associado IV para Titular; nomeação dos concursados, respeitando os editais; expansão da universidade; divulgação do relatório sobre implantação do Reuni; criação de novas unidades, a exemplo da reabertura do Colégio de Aplicação e do Instituto de Educação Física; e a defesa, junto à Andifes, de definição dos incentivos a professores em locais de difícil acesso.

Em marcha pela valorização do trabalhador

A Apub se uniu aos outros sindicatos e centrais sindicais, em Brasília, no dia 6 de março, para engrossar o coro pela valorização dos trabalhadores na marcha Cidadania, Desenvolvimento e Valorização do Trabalho. Os 50 mil manifestantes seguiram em passeata do Estádio Mané Garrincha à Esplanada dos Ministérios.

Durante o evento, a Apub, junto com as demais entidades representativas de categorias, defendeu a redução da jornada para 40 horas semanais sem a diminuição da remuneração; valorização das aposentadorias; isonomia entre homens e mulheres no mercado de trabalho, ente ativos e aposentados; fim do fator previdenciário; 10% do PIB para a educação; 10% do orçamento da União para a saúde; combate à rotatividade e a demissão imotivada e a ratificação da Convenção 151 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), que garante aos servidores o direito de livre organização sindical e a realização de negociações coletivas com o poder executivo, federal, estadual e municipal.

Convenção 151

Além de entrar para a história do país, a 7ª Marcha da Classe Trabalhadora representa um marco para os trabalhadores. Foi o dia em que a presidenta Dilma Rousseff assinou o decreto que regulamenta a Convenção 151 da OIT (Organização Internacional do Trabalho). O documento prevê a negociação coletiva para os servidores públicos. Uma vitória esperada há muito tempo pela classe.

Coral PoliVoz é retomado pelo Sindicato

Como incentivo à prática de atividades culturais, a Apub Sindicato firmou parceira com a Escola Politécnica para reativar o Coral PoliVoz. As aulas públicas acontecem às quartas e sextas-feiras, das 12h às 13h, na sala 08.31 - 8º andar - Escola Politécnica. De acordo com Suzete Menezes, a participação na aula é foi dos critérios para definir o grupo. Entre quatro candidatos, a comissão de avaliação escolherá o regente do PoliVoz. Mais informações através do número de telefone 71 9903-9019, falar com Suzete.

APUB EM AÇÃO

Participação no Conselho Deliberativo do Proifes

A nova diretoria da Apub Sindicato participou pela primeira vez das discussões do Conselho Deliberativo do Proifes Federação, ocorridas no dia 1º e 2 deste mês, em Brasília, através do vice-presidente, Ubiratan Félix, e o diretor Social e de Aposentados, Joviniano Neto. No encontro, os diretores da Apub buscaram intensificar os contatos e obter informações com outros sindicatos de docentes; levar reivindicações da base da Bahia a respeito da implantação da nova carreira e do Funpresp; avaliar, com junto com às demais ADs, as estratégias para intensificar a campanha salarial dos servidores públicos federais (SPF) deste ano e sugerir mudanças na política de comunicação da Federação.

Além da ampla divulgação e do acompanhamento da implementação da nova carreira docente nas instituições federais de educação (IFE), o Conselho definiu pauta em torno da instalação de fóruns estaduais e nacional para debater educação nas universidades e institutos federais; a necessidade da participação dos sindicatos filiados ao Proifes na IX Conferência Regional Internacional da Educação da América Latina (IEAL); no Fórum Regional do Conae (Conselho Nacional da Educação) e no Encontro Nacional do Proifes Federação, que ocorre em agosto próximo, no qual se espera avançar na discussão sobre a organização do movimento docente do país e o plano de atuação da Federação frente às nossas lutas.

Durante a reunião, aprofundou-se a discussão sobre os temas pendentes no GT de carreira, como a progressão para Titular e o reconhecimento de saberes e competências, fundamentais na carreira de EBTT.

Diretoria conversa com docentes nos departamentos

Apresentar as metas e propostas sobre temas relevantes para o movimento docente (reestruturação de carreira, condições de trabalho, previdência e aposentadoria, por exemplo). Esta é a pauta da diretoria da Apub Sindicato nas reuniões de departamento com os docentes.

Com isso, além de debater os assuntos, a intenção da diretoria é se aproximar mais da base para conhecer as demandas, receber opin8iões, críticas e sugestões, fomentando o diálogo.

Já foram visitados os departamentos de Construção e Estrutura (Escola Politécnica), a Congregação do Instituto de Saúde Coletiva (ISC). A diretoria se reuniu também com docentes dos três departamentos da Faculdade de Farmácia. Em abril, as visitas seguem nas unidades de Ciência Contábeis e Nutrição.

Nomeação dos concursados: respeito aos direitos

Após ser procurada por alguns professores concursados para reclamar com relação às novas regras da carreira docente, a Apub Sindicato decidiu entrar com um mandado de segurança contra a Universidade Federal da Bahia (UFBA), exigindo que sejam respeitados os direitos dos convocados, conforme edital que regulou o processo seletivo realizado.

A problemática teve início com a implementação do novo plano de carreira, através da lei 12.772/12, sancionada pela presidente Dilma Rousseff. Segundo a nova legislação, independente do cargo para o qual concorreu, aquele que tomou posse depois de 1º de março deste ano ingressará no primeiro nível da carreira, que é de Auxiliar 1. Somente assumiriam no cargo programado aqueles que entrassem até 28 de fevereiro de 2013.

Os professores que procuraram a Apub haviam sido nomeados como Adjunto ainda em fevereiro, mas por atrasos da UFBA, não puderam tomar posse antes de 1º de março.

A Apub Sindicato considera inconstitucional essa medida, tendo em vista que existiu uma diferenciação nos termos de prestação do concurso, estabelecido pelo edital que teve publicação e consolidação pela nomeação dos concursados até 28 de fevereiro. Realça que as condições estabelecidas no edital foram diferentes para o cargo de Adjunto, a exemplo do valor da inscrição, exigências de memorial no concurso e vencimento básico diferente.

A Apub se compromete em tomar todas as medidas políticas e administrativas para garantir os direitos dos professores que se sentirem lesados.

Apub quer providências sobre rede elétrica da UFBA

Após novo incêndio na Universidade Federal da Bahia, que interrompeu as atividades do Instituto de Ciências da Saúde por uma semana, a diretoria da Apub Sindicato encaminhou ofício à Reitoria para cobrar segurança nas unidades da instituição de ensino. No documento, a entidade solicita informações sobre o andamento do processo de adequação da rede elétrica dos campi e a inclusão do tema segurança na pauta da próxima reunião do Consuni (Conselho Universitário), além da possibilidade de participação da diretoria na discussão.

O alerta acendeu, pois, há quatro anos, a UFBA passava pelo mesmo problema no Instituto de Química. O que significa que medidas eficazes têm de ser tomadas urgentemente.

Professores se integram à Mudança do Garcia

Com reivindicações da pauta da educação, a Apub Sindicato se juntou aos movimentos sociais e sindicais filiados a Central Única dos Trabalhadores (CUT) na tradicional Mudança do Garcia, que acontece segunda-feira de Carnaval, os docentes filiados a Apub levaram às ruas as bandeiras de luta da categoria, como mais atenção e investimento para a área de Educação e mais responsabilidade do governo com os recursos.

Para chamar mais a atenção da população, o Sindicato levou cartazes com frases de protestos e questionamentos. A exemplo: Dilma, bom PIBão tem 10% na educação; Paga mal a professor quem gosta de inducassão; Copa só não, queremos quarto, sala e banheiro; Fonte Nova de luxo, jogador de salto alto?; Dilma baixou a luz, apagou os tucanos; Ele agora quer ser Netinho de Dilma, Dinheiro no futebol rende gol. Dinheiro na educação rende doutor.